

DESPACHO N.º 042/GAP/2011

Assunto: Delegação de competências

1. No exercício dos poderes que me são próprios e ao abrigo do n.º 2 do artigo 69.º e nos termos do artigo 70.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro delego, com poderes para subdelegar nos termos legais, **no Director do Departamento de Administração e Finanças, Dr. José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves:**

1.1. *No âmbito da gestão e direcção dos recursos humanos das Divisões por mim tuteladas integradas no Departamento de Administração e Finanças, as seguintes competências:*

- 1.1.1. Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, com respeito pelo interesse pelo serviço;
- 1.1.2. Justificar ou injustificar faltas;
- 1.1.3. Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença;
- 1.1.4. Decidir nos termos da lei, em matéria de duração e horário de trabalho, no âmbito da modalidade deste último superiormente fixada;
- 1.1.5. Autorizar a prestação de trabalho extraordinário em consonância com as respectivas dotações orçamentais;
- 1.1.6. Ainda no âmbito da gestão e direcção dos recursos humanos do respectivo Departamento delego no Director de Departamento as competências previstas nos Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, designadamente, autorizar a deslocação de trabalhadores em funções públicas do seu domicílio necessário, por motivo de serviço, com direito a abono de ajudas de custo e transporte, em consonância com as respectivas dotações orçamentais.

- 1.2. Nos mesmos termos e ainda nos termos do artigo 35.º n.º 2 do Código de Procedimento Administrativo, fica, igualmente, delegado no Director do Departamento de Administração e Finanças, *a prática de actos de administração ordinária* das Divisões por mim tuteladas integradas no Departamento, nomeadamente:
 - 1.2.1. Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades, organismos públicos;
 - 1.2.2. Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
 - 1.2.3. Praticar outros actos ou formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.
- 1.3. Delego ainda no Director do Departamento de Administração e Finanças as seguintes competências:
 - 1.3.1. Autorizar a realização e pagamento de despesa em cumprimento de contratos de adesão previamente autorizados pelos eleitos locais através de despacho ou deliberação, com correcto cabimento legal no orçamento em vigor;
 - 1.3.2. Conceder licenças policiais ou fiscais, de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas;
 - 1.3.3. Remeter atempadamente, ao Tribunal de Contas os documentos que careçam da respectiva apreciação, sem prejuízo da alínea bb) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
 - 1.3.4. Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, ou outros;
 - 1.3.5. Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;
 - 1.3.6. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
 - 1.3.7. Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade;

- 1.3.8. Promover a publicação das decisões ou deliberações, destinadas a ter eficácia externa de acordo com o previsto no artigo 91.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
2. Deve ser sempre assegurado o cumprimento do disposto do n.º 1 do artigo 71.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
 3. No exercício das competências delegadas deve ser sempre mencionada essa qualidade, em cumprimento do artigo 38.º do Código de Procedimento Administrativo.
 4. O delegado deve informar o delegante das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro proferidas ao abrigo da subdelegação.
 5. A presente delegação de competências é publicada de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 37.º do Código de Procedimento Administrativo.

Santiago do Cacém, 03 de Março de 2011

O Presidente da Câmara Municipal,

Vítor Proença